RESUMO
A situação precária e deficiente da maioria das escolas públicas do Brasil há muito vem sendo observada, não apenas através do noticiário ou congressos especializados como também em discussões com a sociedade que faz uso dessas escolas. Salvo algumas unidades que, de alguma maneira recebem recursos adequados ou encontram-se em locais privilegiados, muitas ainda permanecem em umas crises sem precedentes. Essa crise estrutural afeta desde o ensino básico até as universidades federais, cujos orçamentos se perdem em meio às burocracias e políticas públicas mal estruturadas. Esse artigo procurou apontar as principais causas dessa deficiência com os argumentos de especialistas acadêmicos que nos oferecem um panorama preocupante com relação à formação dos nossos estudantes de escolas públicas e sugestões importantes para que o futuro do país não venha a sofrer, como já vem sofrendo com o mal desempenho dos serviços prestados por profissionais que não tiveram uma formação adequada.

PALAVRAS-CHAVE- Estrutura; Recursos; Deficiência; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira enfrenta um quadro de colapso estrutural, caracterizado pela precariedade de infraestrutura, desigualdades socioeconômicas e a insuficiência de políticas públicas consistentes. Esse fenômeno tem raízes históricas, econômicas e sociais que interagem de forma complexa, comprometendo o pleno exercício do direito à educação.

Apesar de a Constituição de 1988 assegurar a instrução como um direito universal, o abismo entre a teoria jurídica e a prática escolar é alarmante.

A degradação do ambiente escolar gera evasão em massa e consolida uma exclusão estrutural que afeta majoritariamente as classes vulneráveis.

Desse modo, o desmonte do sistema de ensino persiste devido à ineficácia da gestão das políticas públicas e à gritante disparidade socioeconômica regional, fatores que inviabilizam o desenvolvimento do país.

Na obra "Pedagogia do Oprimido", o educador Paulo Freire argumenta que a educação é a ferramenta indispensável para a emancipação social e a construção da cidadania.

No entanto, a realidade contemporânea do Brasil expõe o colapso desse ideal, evidenciado pelo sucateamento das escolas públicas e pelos baixos índices de aprendizagem nos exames nacionais. Esse cenário de crise não reflete apenas uma falha técnica, mas sim um projeto histórico de negligência que perpetua a desigualdade social.

As famílias se modificaram drasticamente nos últimos anos. Esse comportamento reflete diretamente no convívio de seus filhos na escola. Existe uma mudança geracional em que o conceito e a prática da hierarquia não existem e em um ambiente que requer regras, instruções e obediência essa ausência entra em conflito.

O Brasil se classifica entre os países que menos ministra aula dentro do horário estabelecido. Perde-se boa parte do tempo tentando controlar o comportamento inadequado dos alunos.

Não existe nenhuma política capaz de controlar essa conduta disciplinar para auxiliar o professor com regras rígidas e eficazes.

Em algumas escolas do país foram contratados policiais da reserva a fim de controlar a indisciplina, mas com as leis protecionistas vigentes o aluno não se intimida diante da autoridade, pois ele não está habituado com hierarquias.

Torna-se imperativo, portanto, analisar como a escassez de investimentos estruturais e a desvalorização crônica dos profissionais da educação operam como os principais pilares desse colapso sistêmico.

Dados recentes do Censo Escolar revelam um fenômeno preocupante na educação brasileira: enquanto a rede pública de ensino médio encolhe em matrículas, o setor privado registra crescimento, evidenciando uma migração forçada pela perda de qualidade do Estado. Esse panorama reflete o

colapso da educação pública, marcado por salas de aula superlotadas, violência escolar e o analfabetismo funcional crônico de milhares de jovens. Com isso, o país falha em cumprir seu papel constitucional de promover o progresso social. Nesse contexto, urge examinar a falta de atratividade das diretrizes curriculares atuais e a negligência governamental com a segurança e infraestrutura das instituições.

Cerca de 95% dos alunos que concluem o ensino médio em nossas redes públicas não sabem o adequado em matemática. Não é um problema deste ou daquele governo. A falência é crônica. Em 2009, nossos alunos obtiveram 386 pontos em matemática, no PISA, da OCDE, contra 379 pontos, em 2022. Em doze anos, aumentamos o recurso para a educação, mas os resultados são pífios.

Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025 revelam que menos de metade das escolas públicas brasileiras possui acesso a esgoto, mais de 20% não contam com coleta de lixo e somente 38,7% das salas têm algum tipo de climático. A conexão à internet adequada para uso pedagógico ocorre em 44% das escolas, enquanto 4,6% não possuem energia confiável. Essa precariedade impede a implantação de práticas pedagógicas modernas e agrava desigualdades regionais, com variações extremas como em Rondônia (91,4% das salas climatizadas) versus Minas Gerais (11,7%).

Condições físicas inadequadas, salas superlotadas, carteiras quebradas, falta de bibliotecas e inexistência de laboratórios contribuem diretamente para a redução do desempenho estudantil, refletido em baixos índices de aprendizagem em matemática e língua portuguesa, aumento do abandono escolar, especialmente entre estudantes com menor capital econômico e cultural, sobrecarregando docentes, com professores assumindo funções de manutenção ou vigilância, o que não faz parte de suas práticas pedagógicas..

Autores como Marilena Chauí e Maria Helena Souza Patto interpretam o fracasso escolar não como incapacidade individual, mas como resultado de um sistema educacional estruturado para reproduzir hierarquias sociais, favorecendo estudam maior capital cultural e marginalizando os provenientes de contextos vulneráveis.

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atualmente, o financiamento da educação pública tem sido o principal debate sobre política educacional, sua relação com a qualidade de ensino e a equidade na distribuição de recursos.

Roggero e tal (2021.p.2) afirmam que "o fi
i
nanciamento da educação contemporânea enfrenta desafios estruturais que comprometem a universalização do acesso e a manutenção da qualidade",

Para se entender a desigualdade educacional deve-se analisar não só os valores quantitativos, mas uma análise qualitativa que aponte experiências educacionais em diferentes contextos regionais.

ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA

A história da educação brasileira é marcada por muitos momentos de discussões sobre as desigualdades existentes entre escolas públicas e privadas e nunca nos deparamos com uma realidade como a de hoje. Essa realidade expõe não somente as falhas nas políticas públicas como também a falta de um estudo sério sobre as necessidades de cada comunidade escolar.

Um currículo adequado ao centro-sul do Brasil não pode servir de parâmetro para os demais estados. Cada região demanda necessidades específicas de acordo com sua cultura, a qual apresenta característica própria.

Por ser um país continental, o Brasil apresenta situações distintas no que se refere à qualidade e metodologias do ensino. Da mesma forma que observamos escolas com instalações de alta tecnologia, ainda nos deparamos com regiões onde a falta de estrutura prejudica não só o aprendizado como também o desempenho dos professores.

Ainda não se consolidou uma política pública que possa incluir assistência social, cultural, ambiental e de segurança como deveria ser. Muito se promete, principalmente em palanques eleitorais, mas a realidade não condiz com as promessas.

Depoimento de professores são unânimes quanto à falta de preparo e de ânimo para o aprendizado que os estudantes enfren-

tam já há algum tempo, notadamente nas escolas das periferias. Leis atuais cortaram algumas disciplinas do currículo que ainda se mantém nas escolas particulares, prejudicando os estudantes de escolas públicas em vestibulares.
Além dos problemas curriculares, existe também a legislação pseudo-proterora que desestabiliza a autoridade já desgastada dos profissionais de educação. Esse desgaste vem adoecendo professores efetivos e desanimando novos ingressantes. Em muitas escolas os estudantes se recusam a produzir e o professor não dispõe de recursos para esse enfrentamento, muitas vezes violento.
Professores estão pedindo exoneração do cargo por não conseguirem mais executar seu trabalho com dignidade e sem a perspectiva de concursos periódicos, profissionais desqualificados são contratados, prejudicando ainda mais a continuidade dos trabalhos pedagógicos.
Desde que foi instituída a "progressão continuada", crianças sem a menor condição de acompanhar os estudos têm passado de ano, aumentando cada vez mais a defasagem cognitiva.
A pesquisa "Escolas, Saúde e Riscos na Adolescência: Reflexões a partir do Estudo do Projeto São Paulo para o Desenvolvimento Social de Crianças e Adolescentes" SP. PROSO, realizada pelo pesquisador Cézar Luquine, mostra uma realidade alarmante sobre as condições físicas e sociais das escolas públicas brasileiras.
Enquanto escolas particulares registram pontuação média de 0,25 em problemas estruturais, as unidades municipais marcaram 4,46 e as estatais 6,67. Esse levantamento expõe a lamentável condição em que as escolas se encontram: janelas quebradas, goteiras, infiltrações, falta de material didático além de problemas termoacústicos.

INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL
A crise estrutural do capitalismo, teorizada por István Mészáros, alimenta a lógica de precarização na educação:
A educação é subordinada a modelos de gestão empresariais, onde a escola funciona como fábrica de mão de obra flexível, adaptada às necessidades do mercado;
A privatização gradual e mercantilização da educação intensificam desigualdades, direcionando recursos para escolas privadas e restringindo direitos constitucionais ao público;
Políticas de austeridade e cortes orçamentários agravam a incapacidade do Estado de manter a infraestrutura, especialmente em regiões periféricas ou de difícil acesso.
A pandemia de Covid-19 expôs e amplificou fragilidades:
Implementação do ensino remoto foi prejudicada pela falta de acesso à internet e equipamentos;
Escolas tiveram de interromper atividades ou transformar espaços inadequados em salas de aula;
Eventos climáticos extremos (enchentes, queimadas) impõem fechamento de escolas e danos à infraestrutura já insuficiente.

Estudos recentes destacam:
Crise estrutural: não apenas conjuntural, mas persistente, afetando a totalidade da rede e sua relação com o conjunto da sociedade;
Fracasso escolar produzido socialmente, resultado da combinação entre infra estrutura deficiente, políticas educacionais inadequadas e desigualdades históricas;
Gestão ineficiente e burocracia pesada comprometem a aplicação de verbas e programas, atrasando reformas essenciais.

O enfrentamento do colapso requer:
Investimentos estratégicos em infraestrutura básica (saneamento, climatização, laboratórios, bibliotecas e conectividade);
Valorização docente, com melhor formação, atualização contínua e condições de trabalho adequadas;
Gestão escolar profissionalizada, baseada em dados e autonomia administrativa para agir conforme necessidades locais;
Políticas inclusivas, voltadas a reduzir desigualdades raciais e socioeconômicas, garantindo aprendizagem adequada a todos;
Participação social e controle democrático, com Conselhos Escolares ativos e mobilização de movimentos estudantis e sindicatos.

O colapso estrutural das escolas públicas no Brasil é sintoma de uma crise sistêmica

que combina precariedade física, desigualdade social, políticas neoliberais e gestão insuficiente. Superar este cenário exige uma abordagem integrada que contemple infraestrutura, políticas de equidade, gestão eficiente e valorização docente, reconhecendo que a educação é tanto um direito humano quanto um pilar da justiça social.

O conjunto de evidências indica que, embora existam avanços isolados, o sistema educacional brasileiro continua em um estado estruturalmente comprometido, exigindo intervenção coordenada e transformação profunda para garantir o direito à aprendizagem para todos.

Mais da metade dos recursos do Ministério da Educação é aplicada no ensino superior, o que contraria a Constituição Federal, que dá prioridade ao combate ao analfabetismo e ao ensino fundamental.

As prioridades do sistema educacional devem ser: diminuir a repetência nas escolas, ampliar o acesso ao segundo grau e melhorar a qualidade do ensino. Para tanto é preciso treinar professores, melhorar seus salários em função do desempenho e prestar assistência ao estudante com merenda escolar e material didático.

A administração pública deve usar melhor os recursos disponíveis, privilegiando as regiões mais pobres e dando apoio as estados e municípios.

Não é possível, hoje em dia, aumentar substancialmente a renda média de adultos sem instrução, nem se consegue educar adequadamente crianças cujas famílias vivem à beira da miséria. Por isso mesmo, ao se traçar uma política educacional, há de se evitar a posição simplista de que se pode resolver o problema da pobreza apenas abrindo escolas. Pobreza e ausência de escolarização são deficiências que somente poderão ser superadas se enfrentadas simultaneamente, cada uma em seu lugar próprio.

O caráter claramente utópico de muitas de nossas políticas educacionais, responsável pelo seu fracasso, se deve, em grande parte, ao fato de não terem sido associadas a uma política social de longo alcance e não estarem alicerçadas em uma clara consciência dos obstáculos econômicos, políticos e culturais que precisam ser enfrentados para a construção de um sistema educacional abrangente e de boa qualidade.

Santos e Santana (2019, p. 52) destacam que "o desenvolvimento humano no Brasil apresenta profundas assimetrias regionais que refletem processos históricos de concentração de renda e poder", demonstrando como as desigualdades educacionais inserem-se em contexto mais amplo de desigualdades sociais e econômicas. Esta perspectiva sistêmica revela que políticas educacionais isoladas se mostram insuficientes para enfrentar problemas cuja raiz encontra-se em estruturas sociais historicamente consolidadas, demandando articulação com políticas de desenvolvimento regional e redistribuição de renda.

A análise das oportunidades educacionais revela que fatores socioeconômicos exercem influência determinante sobre o desempenho escolar dos estudantes.

Araújo e Souza (2023, p. 165) argumentam que "as circunstâncias da infância influenciam significativamente o desempenho escolar, perpetuando ciclos intergeracionais de desigualdade", evidenciando como a origem familiar condiciona as trajetórias educacionais dos indivíduos. Esta constatação desafia concepções meritocráticas que atribuem o sucesso ou fracasso escolar exclusivamente ao esforço individual, ignorando condicionantes estruturais que moldam as possibilidades de desenvolvimento de cada estudante desde os primeiros anos de vida

A literatura especializada aponta que a relação entre investimento educacional e resultados de aprendizagem não se estabelece de forma linear ou automática. Múltiplos fatores intermediam esta relação, incluindo gestão escolar, formação docente, infraestrutura física, materiais didáticos e práticas pedagógicas. Portanto, políticas de financiamento devem articular-se com estratégias abrangentes que contemplem estas diferentes dimensões do processo educativo.

A fragmentação de políticas e a descontinuidade administrativa constituem obstáculos recorrentes à consolidação de sistemas educacionais equitativos e eficientes, comprometendo a acumulação de experiências bem-sucedidas e a institucionalização de boas práticas.

As desigualdades regionais no financiamen-

to educacional refletem disparidades na capacidade arrecadatória dos diferentes entes federativos, gerando situações em que municípios mais pobres dispõem de menos recursos para investir em educação, precisamente onde as demandas sociais mostram-se mais intensas. Esta contradição evidencia a necessidade de mecanismos redistributivos robustos que compensem as assimetrias na base tributária local.

A União, enquanto ente federativo com maior capacidade arrecadatória, desempenha papel estratégico na redução destas desigualdades através de políticas de complementação e equalização que transferem recursos para regiões com menor desenvolvimento econômico

A efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre recursos fi
i
nanceiros adequados, gestão eficiente, valorização profissional dos educadores e participação social nos processos decisórios.

As desigualdades regionais, por sua vez, refletem não apenas disparidades na capacidade arrecadatória dos entes federativos, mas também diferenças históricas na infraestrutura escolar, na formação docente e nas condições socioeconômicas das famílias, configurando um quadro complexo que exige políticas multidimensionais.

Os mecanismos redistributivos vigentes, embora representem avanços em relação a modelos anteriores, mostram-se insuficientes para compensar integralmente as assimetrias regionais, especialmente em contextos de restrição fiscal e contenção orçamentária que caracterizam o cenário econômico brasileiro recente.

Mais da metade dos recursos do Ministério da Educação é aplicada no ensino superior, o que contraria a Constituição Federal, que dá prioridade ao combate ao analfabetismo e ao ensino fundamental.

As prioridades do sistema educacional devem ser: diminuir a repetência nas escolas, ampliar o acesso ao segundo grau e melhorar a qualidade do ensino. Para tanto é preciso treinar professores, melhorar seus salários em função do desempenho e prestar assistência ao estudante com merenda escolar e material didático.

A administração pública deve usar melhor os recursos disponíveis, privilegiando as regiões mais pobres e dando apoio aos estados e municípios.

A discussão sobre escola, cidadania e formação democrática parte do reconhecimento de que a instituição escolar não se limita à transmissão de conteúdo.

Burgos (2025) formula essa questão ao indagar qual é o papel da escola na formação cidadã do estudante, deslocando o debate para além do rendimento acadêmico. Em sentido próximo, Cavalcanti (2023) sustenta que o processo educativo possui caráter ético-cultural e prepara para a vida em sociedade. Assim, a escola passa a ser compreendida como espaço de formação intelectual, social e política. Além disso, os referenciais aproximam-se ao afirmar que a cidadania exige mais do que acesso formal à aprendizagem.

Burgos (2025) observa que a garantia da aprendizagem é indispensável, mas não suficiente, quando o foco recai sobre a cidadania em sentido pleno. Na mesma direção, Lauermann e Copatti (2024) defendem que as políticas educacionais devem contribuir para a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de direitos e deveres. Desse modo, a função escolar amplia-se e passa a incluir a preparação para a participação na vida democrática

A privatização da educação é um processo que envolve a reversão do estado de bem-estar social e a retirada do contrato Estado-cidadão, e o lançamento sistêmico de políticas e agendas que visam liberalizar os fluxos financeiros. Com economistas de direita no comando das políticas estatais, todas as atividades estatais, que incluem serviços como educação, são consideradas como mais bem executadas quando assumidas por atores privados e outros atores não estatais, com o estado supervisionando a liberalização progressiva de seus vários serviços - sejam eles nacional, estadual ou municipal e local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço de transformação, mas sozinha, não consegue resolver a desigualdade.

A intersetorialidade precisa sair do discurso e abranger os territórios de acordo com as realidades de cada um deles.

O colapso educacional é causado pela falta de políticas públicas articuladas e a ausência de prioridades governamentais.

Muito já se faz, mas estamos longe de uma política que dê conta de tantas necessidades, respeitando a diversidade de nossas crianças.

O futuro da nação depende de uma educação de qualidade para que não nos deparemos com projetos desastrosos criados e executados por profissionais despreparados.

Já é notório o reflexo desse despreparo ao nos depararmos com a prestação de serviços que vem sendo insuficiente e na falta de profissionais especializados que não conseguem uma colocação em todos os segmentos.

O ensino privado não dará conta das necessidades de um país tão populoso e com tantas possibilidades de crescimento.

Trata-se de uma urgente tomada de decisões, capaz de suprir as demandas sociais, promovendo debates comunitários e cobrando leis que exijam condutas, não só dos Gestores e professores, mas também dos familiares que, em muitos casos negligenciam a responsabilidade de educar e orientar seus filhos para que aproveitem a oportunidade oferecida pelo ensino.

Há muito que se fazer para que tenhamos uma educação de qualidade, porém já contamos com inúmeras escolas públicas com capacidade exemplar, 11 formando estudantes com índices excelentes. Basta que o aluno se entregue às possibilidades do conhecimento e contribua para que o professor possa compartilhar esse conhecimento com devoção e dignidade.

REFERÊNCIAS

BURGOS, Marcelo Baumann. Educação para a cidadania: a Base Nacional Comum Curricular pode contribuir? Educação em Revista, v. 41, p. e52738, 2025.

LAUERMANN, Marlene Tirei Koldehoff; COPATTI, Carina. O Novo Ensino Médio e suas relações com a BNCC: (im)possibilidades para uma formação na perspectiva cidadã. Interação, v. 15, n. 3, p. e86969, 2024.

REVISTA ARACÊ- O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS, DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA-disponível em https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1201912